

---

# **Prestação de Serviços para a “Revisão do Projeto de Ampliação do Jardim de Infância de S. Brás de Alportel (EB1 n.º 1 e JI)”**

---

CONSULTA PRÉVIA

**CADERNO DE ENCARGOS**

N.º de Registo **19737**

Processo **2024/300.10.005/2151**

## CLAUSULAS JURÍDICAS

### Capítulo I - Disposições gerais

#### Clausula 1ª - Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as clausulas jurídicas a incluir nos contratos a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Consulta prévia, que tem por objeto a aquisição de serviços para a **“Revisão do projeto de ampliação do Jardim de Infância de S. Brás de Alportel ( EB1 nº1 e JI)”**, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, a executar em conformidade com as clausulas jurídicas anexas a este Caderno de Encargos.
2. Encontram-se, no Anexo III do presente Caderno de Encargos, as plantas de enquadramento e localização (1/500).

#### Clausula 2ª - Contrato

1. O(s) contrato(s) a celebrar será(ão) reduzido(s) a escrito, nos termos do disposto nos artigos 94º e seguintes do Código dos contratos Públicos (doravante CCP), sendo composto pelo respetivo clausulado e seus anexos.
2. O(s) contrato(s) a celebrar integrará(ão) e resultará(ão) da conjugação dos seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos, identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao presente Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A Proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos à Proposta adjudicada, prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual

são ali enunciados, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 96.º do Código dos contratos Públicos, *com exceção do disposto no artigo 99.º e 101.º do Código dos contratos Públicos.*

### **Clausula 3ª - Vigência do contrato**

1. O prazo de vigência do contrato é desde a data da celebração do mesmo, até à finalização da prestação de serviços podendo esta duração ser alterada por acordo entre a CM SBA e o adjudicatário, sem prejuízo das obrigações acessórias ou complementares que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O termo do contrato a celebrar verificar-se-á, nas situações infra indicadas, consoante o que ocorrer primeiro:
  - a) Na data em que o preço total pago e/ou devido pela aquisição dos Bens/Produtos efetuada ao abrigo do contrato a celebrar atinja o valor do preço do contrato ou,
  - b) Na data em que se complete a empreitada e a consequente necessidade da assistência técnica, ou em outra data a definir entre a CM SBA e o adjudicatário.
  - c) Ocorrendo qualquer um dos eventos estabelecidos no número anterior, o contrato a celebrar caducará automaticamente na data respetiva, independentemente de denúncia por qualquer das partes.
  - d) A cessação do contrato a celebrar nos termos do disposto na alínea b) do anterior número 3 não conferirá ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização ou compensação, nomeadamente pela diferença entre os valores recebidos pelos Bens/Produtos efetivamente fornecidos/prestados e o valor do preço base.
  - e) O preço base não inclui o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) eventualmente devido, à taxa aplicável.

### **Clausula 4ª - Preço Contratual**

1. Pela aquisição dos Serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações principais ou acessórias emergentes ao(s) contrato(s) a celebrar, a CM SBA pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA, eventualmente devido, à taxa aplicável.
2. O preço apresentado na proposta adjudicada inclui todos os custos, encargos e despesas, diretos e indiretos, relacionados com a prestação dos Serviços e com a execução das demais prestações objeto do contrato a celebrar.
3. O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas duas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:
  - a) Fase 1 – Entrega e aprovação do Relatório Preliminar de análise dos projetos de execução elaborados pela equipa projetista;

- b) Fase 2 – Entrega e aprovação do Relatório final de análise dos projetos de execução elaborados pela equipa projetista.

### **Clausula 5ª - Condições de Pagamento**

1. A faturação deve ser no valor de 70% do valor desta proposta com a apresentação do relatório preliminar e a fatura no valor remanescente com a apresentação do relatório final.
2. O pagamento do preço estipulado nos termos da Cláusula anterior será devido tendo em conta o preço indicado na Proposta, sendo efetuado, apenas após a confirmação dos Serviços por parte da CM SBA.
3. O preço faturado nos termos do número anterior será pago, por meio de cheque ou transferência bancária, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da receção e validação, pela CM SBA, da correspondente fatura.
4. Para além dos requisitos de forma e conteúdo decorrentes da lei, a fatura deve ser elaborada eletronicamente, com discriminação dos Serviços a que se reporta e o número de referência do contrato a celebrar, sob pena de não validação pela CM SBA.
5. Caso a fatura apresentada não seja validada pela CM SBA, esta comunicará essa decisão e a sua causa ao adjudicatário, que deverá emitir outra fatura, devidamente corrigida, em substituição da anterior.
6. A CM SBA poderá, no pagamento a efetuar ao adjudicatário, deduzir a importância correspondente às penalidades contratuais que, eventualmente, tenham sido aplicadas a este último.

### **Clausula 6ª - Adiantamento e Revisão de Preços**

1. No âmbito do contrato a celebrar, não serão devidos adiantamentos por conta do preço.
2. Na vigência do contrato a celebrar, não haverá lugar à revisão do preço contratualizado, em circunstância alguma.

### **Clausula 7ª - Caução**

No âmbito do contrato a celebrar, é dispensada a prestação de caução pelo adjudicatário.

## **Capítulo II - Obrigações Contratuais**

### **Clausula 8ª - Obrigações principais do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações emergentes da legislação aplicável, do presente Caderno de Encargos ou das cláusulas contratuais, com a celebração do contrato o adjudicatário assume, perante a CM SBA, as seguintes obrigações gerais:
  - a) Executar as prestações objeto do contrato a celebrar, de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas e nos prazos e de acordo com os demais termos e condições e especificações técnicas estabelecidos neste Caderno de Encargos e nos restantes documentos contratuais;
  - b) Comunicação antecipada e por escrito dos factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço ou o cumprimento de qualquer outra obrigação;
  - c) Comunicar por escrito qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do contrato e que altere, designadamente, a denominação social os seus representantes legais, a sua situação jurídica e comercial;
  - d) Assumir os riscos inerentes ou relacionados com a execução das prestações objeto do contrato a celebrar;
  - e) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, não utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
  - f) Designar quem o representa, perante a CM SBA para efeitos de gestão e acompanhamento da execução do contrato a celebrar, e comunicar à CM SBA, com antecedência, a sua eventual substituição;
  - g) Prestar, de forma correta, atempada e fidedigna, todos os esclarecimentos e informações que razoavelmente lhe sejam solicitados pela CM SBA;
  - h) Substituição de qualquer dos elementos da equipa técnica a afetar à execução dos serviços por outro com iguais qualificações e disponibilidade;
2. O não cumprimento do disposto na presente cláusula constitui fundamento de resolução do contrato por facto imputável ao adjudicatário.

### **Clausula 9ª - Obrigações gerais do adjudicatário**

1. A responsabilidade, perante a CM SBA, pela correta e pontual execução das prestações objeto do contrato incumbe única e exclusivamente ao adjudicatário.
2. O adjudicatário responderá, nomeadamente, por quaisquer deficiências, erros ou omissões na prestação dos Serviços, qualquer que seja a sua origem ou o momento em que sejam detetados, com exceção daqueles a que, exclusiva e comprovadamente, a CM SBA tenha dado causa.

3. O adjudicatário obriga-se a corrigir quaisquer deficiências, na prestação dos Serviços, podendo a CM SBA mandar executar essa correção por terceiros por conta do adjudicatário caso este não o faça no prazo razoável que lhe for fixado para esse efeito.
4. A faculdade de fiscalização da execução do contrato a celebrar por parte da CM SBA não afasta ou diminui a responsabilidade do adjudicatário na sua execução.
5. Caso a CM SBA venha a ser demandada ou a incorrer em responsabilidade, de qualquer natureza, perante terceiros, com causa, direta ou indireta, em quaisquer deficiências, erros ou omissões na prestação dos serviços imputáveis ao adjudicatário, ou a terceiros por si contratados, este obriga-se a indemnizar a CM SBA por todas as despesas que, em consequência, esta haja de fazer e por todas e quaisquer quantias que tenha de desembolsar, seja a que título for.
6. O adjudicatário responderá igualmente pelo risco, por quaisquer danos e prejuízos causados no âmbito da execução das prestações objeto do contrato a celebrar, à CM SBA ou a terceiros, resultantes de circunstâncias fortuitas ou imprevisíveis ou de quaisquer outras, com exceção daquelas a que, exclusiva e comprovadamente, a CM SBA tenha dado causa.

#### **Clausula 10ª – Local da Celebração do contrato para Prestação de Serviços**

1. A celebração do contrato, cujo objeto será a prestação dos Serviços, poderá ser executada, pelo adjudicatário, digitalmente ou na sede da CM SBA, sita no concelho de São Brás de Alportel.
2. O adjudicatário obriga-se a aceitar as normas e os procedimentos do CM SBA respeitantes à identificação de pessoas, acesso e circulação dentro das respetivas instalações, bem como as relativas às políticas de segurança e privacidade.

#### **Clausula 11ª - Penalidades Contratuais**

1. Por cada incumprimento, imputável ao adjudicatário, de qualquer das obrigações emergentes do contrato a celebrar, a CM SBA poderá exigir àquele o pagamento de uma penalidade pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, com o limite máximo diário correspondente a 1% (um por cento) do preço contratual, sem prejuízo do direito a ser indemnizada pelo dano excedente.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CM SBA terá em conta, nomeadamente, a duração e as consequências do incumprimento, a sua eventual reiteração e o grau de culpa do adjudicatário.
3. Em caso de incumprimento de qualquer dos prazos de prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, poderá ser aplicável uma penalidade, por cada dia de atraso, de montante correspondente a 1% (um por cento) do preço contratual, considerando-se verificado o incumprimento definitivo, por parte do adjudicatário, se esse atraso exceder 30 (trinta) dias, seguidos ou interpolados, caso em que

assistirá à CM SBA a faculdade de resolver o contrato a celebrar, sem prejuízo do direito à aplicação da penalidade contratual devida e, bem assim, à indemnização pelo dano excedente.

4. O valor acumulado das penalidades aplicadas não poderá exceder o montante máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo da faculdade de resolução do contrato a celebrar por parte da CM SBA, nos termos da Cláusula 14ª do presente Caderno de Encargos.
5. O limite previsto no número anterior poderá ser elevado para 30% (trinta por cento) do preço contratual, caso a CM SBA opte por não resolver o contrato a celebrar.
6. Ocorrendo a aplicação de uma penalidade pecuniária, nos termos dos números anteriores, a mesma poderá ser compensada, pela CM SBA, por dedução aos pagamentos que sejam devidos ao adjudicatário subsequentemente à data da verificação do facto que tenha dado origem àquela aplicação.

#### **Clausula 12ª - Força Maior**

1. Não será havido como incumprimento, nem por tal poderão ser impostas penalidades contratuais ao adjudicatário, a não realização pontual de qualquer prestação a cargo de qualquer uma das partes que resulte de caso de força maior.
2. Verificado um evento de força maior que comprovadamente impeça o cumprimento pontual das suas obrigações por qualquer uma das partes, será o prazo para esse cumprimento prorrogado pelo período correspondente à duração do impedimento daí resultante, sem prejuízo de a parte afetada dever desenvolver os melhores esforços no sentido de minimizar as consequências do evento.
3. Para efeitos do contrato a celebrar, entende-se por caso de força maior todo o evento imprevisível ou inevitável, alheio à vontade e ao controlo das partes, que as impeça, total ou parcialmente, temporária ou definitivamente, de cumprir as suas obrigações nos prazos contratualmente fixados.
4. Poderão revestir a natureza de caso de força maior, desde que se verifiquem os requisitos do número anterior, nomeadamente, o estado de guerra, declarada ou não, rebeliões ou motins, atos de terrorismo, determinações governamentais ou administrativas injuntivas, catástrofes naturais, como terremotos ou inundações, incêndios, epidemias e pandemias, sabotagens, greves e embargos ou bloqueios internacionais.
5. Para efeitos do contrato a celebrar, não constituem caso de força maior, designadamente:
  - a) Eventos que não constituam caso de força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo adjudicatário, de obrigações ou ónus que sobre o mesmo recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo adjudicatário, de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a dolo ou negligência sua ou ao incumprimento, pelo mesmo, de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguro.
6. A parte que invoque um evento de força maior como causa do não cumprimento das suas obrigações contratuais, deverá comunicá-lo, fundamentadamente, à outra parte, com a máxima antecedência ou assim que possível, informando, desde logo, do prazo previsível para o restabelecimento da normalidade contratual.

### **Clausula 13ª - Resolução do contrato**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e, bem assim, do direito à aplicação de penalidades, nos termos da anterior Cláusula 12ª, a CM SBA pode resolver o contrato a celebrar, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar qualquer das obrigações que lhe incumbem e não sanar o referido incumprimento num prazo razoável que lhe seja fixado pela CM SBA para o efeito, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a CM SBA tenha objetivamente perdido o interesse na prestação, casos em que poderá resolver o contrato a celebrar de imediato, independentemente de interpelação admonitória.
2. A faculdade de resolução prevista no número anterior aplica-se, designadamente, em caso de:
  - a) Incumprimento das características, especificações ou requisitos técnicos ou funcionais do objeto do contrato a celebrar;
  - b) Mora por um período superior a 15 (quinze) dias, seguidos ou interpolados, sem prejuízo das penalidades contratuais aplicáveis;
  - c) Prestação de serviços desadequados ao fim a que se destinam ou em desconformidade com a proposta;
  - d) Prestação de falsas declarações;
  - e) Cessão da posição contratual em violação do estabelecido no contrato a celebrar.
  - f) Violações do dever de confidencialidade ou proteção de dados.
3. A resolução do contrato não prejudica o dever de indemnizar a CM SBA pelos eventuais prejuízos resultantes das situações previstas no número anterior, nem a aplicação de penalidades, se para tanto existir fundamento.
4. Para além dos casos previstos nos números anteriores, qualquer das partes poderá resolver o contrato a celebrar sempre que se verifique uma das seguintes circunstâncias:



5. Dissolução de uma das partes;
6. Apresentação ou declaração de insolvência de uma das partes.
7. O exercício do direito de resolução terá lugar, mediante comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à contraparte da qual conste a identificação do incumprimento contratual em causa.
8. O direito de resolução do contrato a celebrar por parte do adjudicatário deverá ser exercido por via judicial, salvo quando a lei expressamente preveja outra forma.
9. Em caso de resolução do contrato, o adjudicatário é obrigado a entregar no prazo de 5 dias toda a documentação e informação produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é para todos os efeitos propriedade exclusiva da entidade adjudicante.

#### **Clausula 14ª - Efeitos da Resolução**

1. Em caso de resolução por facto imputável ao adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de uma indemnização fixada em 30% (trinta por cento) do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade da exigência de ressarcimento de prejuízos para além desse valor.
2. O valor referido no número anterior é pago pelo adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação escrita para o efeito.
3. Caso tenha sido prestada caução, em caso de resolução a mesma será acionada/executada e o valor deduzido no total referido no número 1 da presente cláusula.

#### **Clausula 15ª - Cessão de Posição Contratual de adjudicatário por razões de incumprimento**

1. Caso se encontrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato a celebrar, a CM SBA poderá impor ao adjudicatário que ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual, na sequência do qual o contrato foi celebrado, que venha a ser indicado pela CM SBA pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos previstos no artigo 318º-A do CCP.
2. A execução do contrato a celebrar ocorre nas mesmas condições propostas pelo adjudicatário inicial no procedimento pré-contratual, sem prejuízo da faculdade de modificação objetiva do contrato que assiste à CM SBA e dentro dos limites legais para tal modificação.
3. A cessão da posição contratual prevista na presente cláusula opera por mero efeito de ato da CM SBA, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
4. Os direitos e obrigações do adjudicatário inicial, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário (novo adjudicatário) na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
5. A caução e as garantias eventualmente prestadas pelo adjudicatário inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data

da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela CM SBA aos respetivos depositários ou emitentes.

6. A posição contratual do adjudicatário inicial nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para o novo adjudicatário, salvo em caso de recusa por parte deste.

#### **Clausula 16ª - Subcontratação e Cessão de Posição Contratual**

1. O adjudicatário não poderá subcontratar qualquer das prestações objeto do contrato a celebrar, nem ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações emergentes do mesmo do mesmo, sem a prévia autorização da CM SBA.
2. Para efeito das autorizações previstas no número anterior, será observado o disposto nos artigos 316.º e seguintes do Código dos contratos Públicos.

#### **Clausula 17ª - Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração ao contrato a celebrar deverá ser estabelecida por acordo entre as partes e constar de documento escrito e assinado por ambas, sob pena de não produzir quaisquer efeitos.
2. A parte interessada numa alteração ao contrato a celebrar deverá comunicá-lo, por escrito, à outra parte, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à data em que pretenda ver introduzida a alteração em causa.
3. A alteração do contrato a celebrar não poderá conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

#### **Clausula 18ª - Seguros**

1. O adjudicatário deverá assegurar a cobertura do risco na execução das prestações objeto do contrato a celebrar, através da contratação e manutenção em vigor de apólice de seguro adequada, nomeadamente de responsabilidade civil por danos sofridos por terceiros.
2. O adjudicatário deverá, ainda, contratar e manter em vigor um seguro de acidentes de trabalho para todo o seu pessoal, bem como todos os demais seguros legalmente exigíveis para as atividades a desenvolver no âmbito da execução do contrato a celebrar.

#### **Clausula 19ª - Confidencialidade e Sigilo**

1. Toda a informação qualificada como confidencial entre as partes só poderá ser utilizada no âmbito da relação emergente do contrato a celebrar.
2. O adjudicatário obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação, escrita ou verbal, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a quaisquer dados, elementos ou documentos, que lhe seja

prestada ou de que possa ter conhecimento ou venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato a celebrar, designadamente, os resultados das análises laboratoriais realizadas ao abrigo do mesmo.

3. O adjudicatário obriga-se, ainda, a assegurar que os seus trabalhadores e outros colaboradores ou subcontratados aceitam, na íntegra e sem reservas, observar o dever de sigilo emergente do contrato a celebrar, nos exatos termos e condições em que o mesmo obrigue o adjudicatário.
4. A informação coberta pelo dever de sigilo não poderá ser revelada a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato a celebrar.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto nesta Cláusula a informação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção ou que qualquer das partes seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Clausula 20ª - Proteção de Dados**

1. O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislações que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais que venha a ter acesso ou lhe sejam transmitidos pela CM SBA, durante a vigência do contrato a celebrar e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato a celebrar são, entre outros: o nome dos representantes legais, morada, cartão de cidadão e nif.
3. O tratamento de dados pessoais a realizar pela CM SBA obedece à sua política de privacidade em [www.cm-sbras.pt](http://www.cm-sbras.pt) e é feito ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.
4. Os dados pessoais dos representantes legais do adjudicatário, nomeadamente nome, são divulgados no portal dos contratos públicos em [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), por força do cumprimento de uma obrigação legal.
5. Caso o adjudicatário tenha acesso ou lhe sejam transmitidos dados pessoais, deve proceder ao apagamento de todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da lei nacional.

#### **Capítulo III - Disposições Finais**

### **Clausula 21ª - Publicidade e sinais distintivos**

1. É vedado ao adjudicatário, sem a prévia autorização expressa, por escrito, da CM SBA:
  - a) Fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o contrato a celebrar;
  - b) Utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logotipos ou outros sinais distintivos do comércio que pertençam à CM SBA.

### **Clausula 22ª - Comunicações e notificações**

1. As comunicações e as notificações entre as partes, seguem o regime previsto nos artigos 467.º, 468.º e 469.º do CCP.
2. As comunicações e as notificações dirigidas à CM SBA, efetuadas através de qualquer meio admissível, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte, nos termos do disposto no artigo 469.º do CCP.
3. Qualquer alteração aos dados de contacto de uma das partes, constantes do contrato, deverá ser antecipadamente comunicada à outra parte.
4. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:
  - a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
  - b) Na data constante do relatório de transmissão bem-sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte;
  - c) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
  - d) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.

### **Clausula 23ª - Contagem dos Prazos**

Os prazos previstos no contrato a celebrar são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Clausula 24ª - Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplica-se as disposições constantes do Código dos contratos Públicos, na sua redação atual, do Código do Procedimento Administrativo e demais legislações portuguesas aplicáveis.

### **Clausula 25ª - Foro Competente**

Para todas as questões emergentes do contrato a celebrar, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com renúncia a qualquer outro pelas partes.

**Clausula 26ª - Gestor do contrato**

Deverá ser nomeado um gestor do contrato a celebrar, em nome da CM SBA, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290º-A, n.ºs 1 e 3 do CCP.

**ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## **ANEXO II - CLAUSULAS TÉCNICAS**

### **Clausula 27ª – Enquadramento**

1. Os serviços a prestar, objeto do presente caderno de encargos, consistem na elaboração da revisão do projeto de ampliação do Jardim de Infância de S. Brás de Alportel ( EB1 nº1 e JI)”.

### **Clausula 28ª – Localização da intervenção**

2. As parcelas onde a CM SBA pretende implantar a ampliação do Jardim de Infância de S. Brás de Alportel ( EB1 nº1 e JI) são contíguas e encontram-se situadas a sul do edifício existente. O prédio alvo da pretensão é propriedade da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, confinando a sul com o edifício existente que integra o Jardim de Infância.

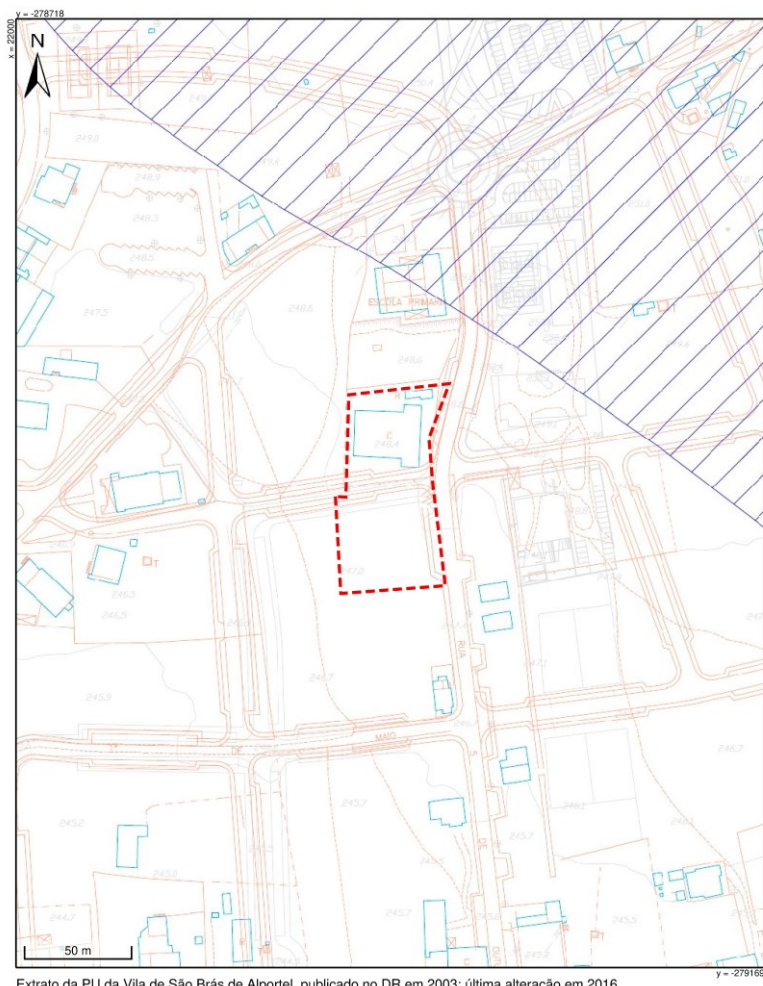


Foto 1 – Identificação do limite das parcelas



### **Clausula 29ª – Trabalhos previstos**

A elaboração da revisão projeto de execução, objeto do presente caderno de encargos deverá incidir sobre todas as peças que compõem o projeto de execução, entre elas:

- Arquitetura;
- Acessibilidades;
- Estabilidade;
- Segurança contra incêndios em edifícios;
- Arruamentos;
- Arranjos exteriores;
- Condicionamento térmico;
- Condicionamento acústico;
- Abastecimento e distribuição de água;
- Drenagem de águas residuais domésticas e pluviais;
- Infraestruturas de telecomunicações de urbanizações e loteamentos;
- Rede de distribuição e iluminação;
- Resíduos sólidos urbanos;
- Rede gás
- Ventilação e AQS
- Plano de saúde e segurança em fase de projeto;
- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- Caderno de encargos;
- Mapas de medições, quantidades e estimativa orçamental.

Considerando todas as peças que compõem o projeto de execução final pretende-se:

1. Analisar as soluções adotadas para todas as especialidades que compõem o projeto de execução, entregue pela equipa projetista, para a ampliação do Jardim de Infância e sugerir opções de reformulação caso entendam necessário;
2. Compatibilização entre todos os projetos que compõem o projeto de execução e análise das divergências encontradas entre peças escritas, peças desenhadas e entre as peças escritas e desenhadas;

3. Peças Escritas:

- a) Identificar e corrigir eventuais erros, omissões ou inconsistências nas peças escritas;
- b) Verificar a coerência, suficiência, adequação e organização das peças escritas relativamente ao Caderno de Encargos do projeto;
- c) Verificar a coerência entre as diferentes peças escritas, nomeadamente, no que diz respeito às especificações técnicas;
- d) Verificação da necessidade de alguns cálculos complementares nas peças mais significativas;
- e) Conferir, na Memória Descritiva, se estão definidos todos os materiais a utilizar na obra e todos os condicionamentos ;

4. Peças Desenhadas:

- a) Identificar e corrigir eventuais erros, omissões ou inconsistências nas peças desenhadas;
- b) Verificar a coerência, suficiência, adequação e organização das peças desenhadas;
- c) Confirmar a localização e implantação da obra;
- d) Confirmar a indicação dos materiais constituintes da obra;

5. Mapas de Medições, Quantidades e Estimativa Orçamental:

- a) Verificar a adequação e a suficiência do articulado do projeto;
  - b) Conferir e listar eventuais erros e emissões sugerindo correções a efetuar;
  - c) Verificar que os critérios de medição são adequados e completos;
  - d) Verificar a numeração e o rigor dos diversos artigos do orçamento e a sua compatibilidade com os mesmos artigos das medições;
6. Garantir que se reuniram todas as especialidades necessárias e que todas as especialidades entregues estão a prestar a sua contribuição para o projeto;
7. Aferir o grau de confiança do prazo de execução da obra e do respetivo custo estimado;
8. Garantir que o projeto cumpre com a legislação em vigor;

**Clausula 30ª – Descrição do Edifício**

1. Como referências orientadoras deve ser tido em consideração que:

- a) A ampliação do Jardim de Infância de S. Brás de Alportel ( EB1 nº1 e JI) tem uma área de implantação de 894,34m<sup>2</sup>, e uma área bruta de 1209,65 m<sup>2</sup>, correspondendo a 2 pisos;
- b) Estima-se em 1 851 806,84 € (um milhão oitocentos e cinquenta e um mil oitocentos e seis euros e oitenta e quatro cêntimos) o valor para a ampliação do Jardim de infância e restantes trabalhos acessórios e inerentes a este.

### **Clausula 31ª – Faseamento da prestação de serviços**

1. A Prestação de serviços deverá ser executada em duas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:
  - a) Fase 1 - No primeiro ciclo de revisão serão realizadas as atividades previstas no número anterior do presente documento e será elaborado um relatório preliminar com todas as observações e sugestões de retificações daí resultantes;
  - b) Fase 2 - O segundo ciclo de revisão terá lugar após reformulação do projeto por parte da Equipa Projetista e consistirá na verificação da implementação das sugestões constantes do relatório preliminar. Neste segundo ciclo será realizado um relatório final com compilação de todas as sugestões apresentadas e menção expressa das que foram corrigidas e das que não foram corrigidas no processo de concurso.

### **Clausula 32ª – Prazo da Prestação de Serviços**

1. O prazo de entrega da Revisão de Projeto é dividido pelas duas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:
  - a) Fase 1 – 30 dias para a entrega do Relatório Preliminar de análise dos projetos de execução elaborados pela equipa projetista, a contar a partir da data da adjudicação e após a disponibilização dos elementos necessários à execução do trabalho;
  - b) Fase 2 – 10 dias para a entrega do Relatório final de análise dos projetos de execução revistos pela equipa projetista, a contar após a entrega do projeto de execução revisto pela equipa projetista, segundo as diretrizes do relatório preliminar da fase 1.
2. O prazo entre as duas fases é suspenso enquanto se aguarda pela resposta da equipa projetista ao Relatório Preliminar.

### **Clausula 33ª – Modo de apresentação da Prestação de Serviços**

1. O prestador de serviços fornecerá em suporte digital, com os elementos relativos às diversas fases da Revisão de Projeto.

## ANEXO III – PLANTAS DE ENQUADRAMENTO E LOCALIZAÇÃO

